

Constituinte começa a trabalhar hoje

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com mais da metade dos seus 559 representantes filiados ao PMDB, instala-se esta tarde em Brasília a Assembleia Nacional Constituinte, eleita pelo povo em voto direto para a tarefa de redação da nova Constituição brasileira, a oitava do País. A solenidade será aberta às 18 horas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, e a ela estará presente também o presidente da República, José Sarney. Antes, às 9 e às 10 horas, haverá a entrega dos diplomas dos constituintes e a prestação do compromisso. Amanhã, às 15h30, ainda sob a direção de Moreira Alves, será eleito o presidente da Assembleia Constituinte, que deverá



ser o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. A solenidade, que não deverá durar mais de 40 minutos, será realizada no plenário da Câmara dos Deputados.

A Constituinte não tem prazo determinado para elaborar a futura Carta e já a partir de amanhã, depois de eleito seu presidente, estará envolvida inicial-

mente com os problemas da regulamentação interna de seus trabalhos que, como o próprio texto da Constituição, vai depender sobretudo da vontade do PMDB. Sozinho, com 306 representantes (260 deputados e 46 senadores), o partido reúne 53 membros a mais que todas as outras 12 agremiações partidárias, que somam 253 constituintes.

COMPOSIÇÃO

Vem a seguir, como segunda bancada, o PFL, com 132 representantes (118 deputados e 14 senadores). O PDS é a terceira bancada com apenas 38 deputados e 5 senadores. O PTB tem 17 deputados e um senador, totalizando 18 membros. O PDT reúne 26 (24 deputados e dois senadores). O

PT tem 16 deputados e nenhum senador. O PMB (Partido Municipalista Brasileiro) tem um senador e nenhum deputado. O PL tem seis deputados e um senador, o PDC cinco deputados e um senador, o PCB e o PC do B não têm senadores e cada um conta com três deputados. O PSB tem um senador e um deputado e o PSC tem um deputado e nenhum senador.

Apenas esses constituintes, além dos servidores da mesa em serviço, terão acesso ao plenário da Câmara, com capacidade para apenas 454 pessoas sentadas, o que significa que 105 delas serão obrigadas a permanecer de pé.

As autoridades, incluindo os presidentes dos tribunais superiores, o corpo diplomático e co-

mandantes militares do Planalto, ficarão em 334 cadeiras das 935 existentes na galeria do plenário. A imprensa também ficará na galeria, com exceção de 18 repórteres de jornais e revistas, que ficarão no mezanino situado à esquerda da mesa. E 12 fotógrafos terão acesso ao plenário.

CERIMONIAL

O presidente do STF, Moreira Alves, será recebido ao pé da rampa do Palácio do Congresso e, logo a seguir, passará em revista a tropa da guarda de honra, dirigindo-se ao interior do edifício, onde estará sendo esperado pelos presidentes da Câmara e do Senado. Os três ficarão, depois, aguardando a chegada do presidente José Sarney, momentos antes da solenidade de instalação da Constituinte. Já em plenário e na presidência dos trabalhos da sessão solene, Moreira Alves convidará os líderes partidários a introduzirem o presidente Sarney no recinto. A Mesa Diretora terá assentos para Moreira Alves, presidente da Constituinte, para o presidente José Sarney e para os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

De acordo com o cerimonial, uma vez composta a Mesa, será executado o Hino Nacional pela banda dos fuzileiros navais e, fora do prédio, haverá uma salva de 21 tiros, enquanto a Bandeira Nacional será hasteada em dois mastros, um do lado da Câmara e outro do lado do Senado. A solenidade, logo após, será resumida a um discurso do presidente do STF e da Constituinte.

Brossard acha que pressão é sinal de descrença na democracia

CARLOS CHAGAS

A pressão de grupos populares eobbies diversos sobre a Assembleia Nacional Constituinte significa descrença na democracia representativa, segundo a opinião do ministro da Justiça, Paulo Brossard. De qualquer forma, essa "marcha sobre Brasília", que está sendo esperada, não é, do ponto de vista da segurança, um problema do governo, mas sim da Mesa da Assembleia, em primeiro lugar, afirma.

Em entrevista a O Estado, o ministro da Justiça afirma que haverá uma interação entre o governo e a Constituinte e que acompanhará os trabalhos da Assembleia através dos partidos e dos líderes. Um representante do governo na Constituinte, Paulo Brossard não sabe se será possível, pois algumas pessoas acham que isso é incestuoso.

O ministro espera uma Constituição para o Brasil de sempre, partindo do Brasil de hoje, que leve em conta as limitações históricas, geográficas, sociais e culturais. Ele defende a manutenção do papel das Forças Armadas na garantia da ordem interna. Em sua opinião, a não ser um parlamentarismo, o Brasil deve possuir um presidencialismo puro. Quanto ao funcionamento concomitante da Câmara e do Senado, Paulo Brossard pede que seja esta uma idéia mais bem pensada. Uma abstenção legislativa de seis, nove meses, no Brasil, não faria mal a ninguém.

Qual será o comportamento do governo federal diante da Assem-

verno vai procurar uma interação com a Constituinte falou o ministro da Justiça? Ele já tem um comportamento definido?

Se estivéssemos em 1933, quando o dr. Getúlio Vargas nomeou o dr. Oswaldo Aranha para ser o líder da maioria na Assembleia... mas não estamos lá.

Como o sr. vai acompanhar a Constituinte?

Através dos partidos, dos representantes, dos líderes.

Não haverá um representante do governo na Constituinte?

Não sei. Algumas pessoas estão achando que não deve ter, porque parece que fica pecado, que é pecaminoso, incestuoso. Acho que essas coisas devem ser tratadas com objetividade.

Parece que o governo tem uma preocupação com o problema da reforma tributária, em que a União poderia ficar desguarnecida. Quem pode garantir que isso não vai acontecer?

Só os votos.

Como o governo tentaria influir nisso?

Em primeiro lugar, esse é um problema clássico de todas as Federações. Num Estado unitário, não existe esse problema. Mas no Estado unitário, onde existem pelo menos duas ordens, a União e o Estado — e no Brasil existem três: a União, o Estado e o Município — o problema da reforma tributária é um dos grandes problemas. Na divisão de competências, diz-se que um legisla sobre isso e o outro sobre aquilo. Mas quando se chega no dinheiro... O município quer mais e merece, o Estado quer mais e merece, a União, se não quer mais, porque vê que os outros não tem mais e não tem de onde tirar, raciocina que não pode perder, a menos que fique desobrigada de certos serviços. De modo que este é um problema sério.

Eu só imagino as reivindicações que não vão aparecer, especialmente para os municípios, porque há uma corrente municipalista.

É preciso dizer, contudo, que nem tudo está em verba, que nem tudo está em receita. Nos municípios brasileiros — e isso é história — a função municipal era muito mais honorífica do que remunerada. Os vereadores, historicamente, não eram remunerados. Era um ônus público que a pessoa aceitava e desempenhava até com orgulho. Foi depois do hiato constitucional de 37/46 que os vereadores passaram a ser remunerados. Hoje, a remuneração dos vereadores está vinculada à dos deputados, e a dos deputados à dos deputados federais, e assim por diante. Há vereadores que ganham mais do que ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal, do que governador do Estado, do que presidente da República. De modo que é preciso um pouco de cautela nessas coisas.

Outra coisa: há certos Estados para os quais não há reforma tributária que baste, por causa da falta de critério. Se for falar sobre isso, leve-se pedra.

Ministro, parlamentarismo, presidencialismo ou sistema Roberts Closs?

Parlamentarismo. A não ser um parlamentarismo de verdade, que seja então o presidencialismo. Essas combinações, esse bissexualismo não dá. Defendo o sistema parlamentar, que é extremamente simples. A sua excelência está na simplicidade: baseia-se em duas ou três regras. Agora, uma quebrada, a outra não funciona.

Dentre esses novos direitos criados pelo mundo moderno, o senhor incluiria o direito à paisagem, o direito à ecologia, no capítulo dos direitos e garantias individuais, ou deixaria para a lei?

É fácil colocar um artigo até bem bonito, nos direitos individuais. Talvez fosse mais topograficamente próprio colocá-lo na seção da educação e cultura, da ordem econômica e so-

cial, como valores a serem preservados. Pode-se colocar? Pode, como direito individual fica com seu exercício um pouco complicado. Para se colocar direito individual que não seja exercitável, creio ser melhor ter-se um pouco mais de recato.

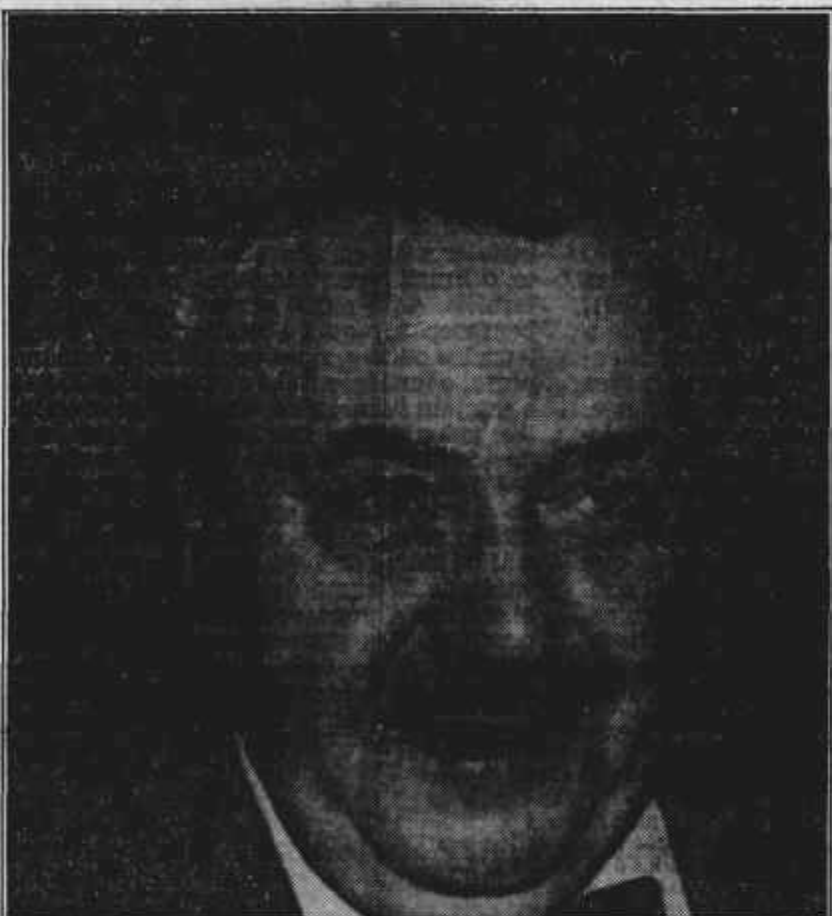
As Forças Armadas, ficariam à margem da missão de garantir a ordem interna?

Em todos os países as Forças Armadas servem para garantir a ordem, que não tem subdivisões, até porque se fôssemos racionar assim, como não temos guerra — e quantas

Acho que, na situação em que estamos, é preciso ver o que é mais importante, qual a prioridade. Até porque uma abstenção legislativa de seis meses ou de nove meses não faria mal a ninguém. Temos tantas leis, no Brasil, que o problema não é de leis, mas de não ignorá-las.

O sr. não acha necessário que o Executivo receba uma delegação legislativa?

Não. E chegarei lá. Sou o primeiro a reconhecer que pode haver, amanhã, uma grande questão nacional em que haja necessidade de um pro-



Brossard confia na integração governo-Constituinte

tivemos? Participamos da guerra de 14 muito discretamente e, depois, em 43 e 44 — poderíamos até votar, estatisticamente, por sua abolição, devido à sua inutilidade, não? Creio que no século passado tivemos alguma coisa com o Paraguai e a Argentina, mas paramos. Acho que ficamos com certos preconceitos em função de acontecimentos recentes, em que desvios notórios vieram a criar uma situação de antipatia, de desestímulo.

Fui deputado de oposição, fui líder de oposição, fui senador de oposição, talvez tenha feito um dos discursos mais duros, mais difíceis de serem ouvidos pelos seus destinatários, e nunca me oculte, por exemplo, da instituição das Forças Armadas; embora achasse que estivesse havendo um desvio muito acentuado, muito perigoso para a própria instituição. Mas sempre tive o cuidado de, já que estamos no meio desta desgraça, não vamos aumentá-la.

O senhor vê perigo na dualidade de funções entre o funcionamento possível do Congresso e o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte?

Depende o que se entenda por perigo. Se considerarmos por perigo a dilatação indeterminada do prazo da feitura da Constituição, eu diria que é um perigo. Temos um antecedente entre nós, e longe de mim lembrá-lo, porque dirão que estou preconceituoso. A Assembleia Constituinte de 1823 era Constituinte e legislativa e terminou no dia 12 de novembro, com D. Pedro I, da janela do bonito paço imperial, a insultar os deputados, na linguagem mais requintada, parece, dizem os historiadores.

vimento legal. E no baú da nossa legislação, imaginemos que não haja uma norma que solucione o caminho. Ou se recorre ao decreto-lei que existe no texto atual e que está em vigor tal como aconteceu na Constituição de 90, de 33/34 e 46. Mas há uma gritaria em torno do decreto-lei. Já, então, para se fazer de outra forma, vamos recorrer à delegação interna que existe na Constituição e que nunca foi usada. Poderia ser uma comissão pequena com poucos deputados e poucos senadores que fariam as vezes da Câmara e do Senado. Seria uma comissão representativa, o que não chegaria a prejudicar o andamento normal dos trabalhos da Constituinte. Há, ainda, uma outra forma, em casos de problema de alta gravidade. Da comissão representativa ainda tem-se o recurso do plenário que poderia reunir. Há, ainda, então, o problema grave, em que poderia haver repercussões externas, comprometer uma geração, duas, três... Nesses casos, por iniciativa do Poder Executivo, considerando necessário, urgente e inadiável aquela solução, sem prejuízo dos trabalhos da Assembleia e, com uma sessão por semana ou por quinzena, resolver-se-ia o problema.

O povo acredita que a futura Carta poderá solucionar os grandes problemas brasileiros.

Aí está. O que é uma Constituição? Há pessoas que vão dizer — e outras que vão explorar — que a Constituição não resolve o problema do aluguel, que não resolve o problema do inquilinato, que não resolve a seca do Nordeste. A Constituição não é peça milagreira, mas uma lei feita por homens e para homens, que visa disciplinar a ação dos governos e as suas relações com os cidadãos. Simplificamos tudo. Corremos o risco, aliás, de pretendermos colocar tudo na Constituição. Então, não teremos uma Constituição, mas um guia telefônico.

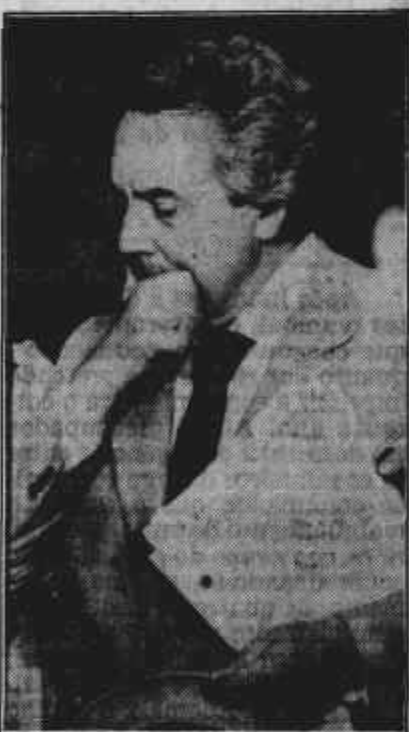
PODE-SE EVITAR ISSO?

Pela consciência de quem trabalha, pela consciência e pela qualificação dos congressistas, dos constituintes que vão elaborar. E acho que por todos os que têm um poder de influência, principalmente a imprensa, o rádio, a televisão, que podem mostrar que não é pelo tamanho das Constituições que elas valem. A Constituição francesa — e a França não é um país de segunda ordem — não tem cem artigos. No Japão, a Constituição tem 103 artigos. A da

Suécia tem 133 artigos. Estou falando de Constituições de pós-guerra, e não em Constituições antigas. A da Suécia é de agora, pois tem 10 anos. As constituições da China e da Rússia são das mais novas e não têm 150 artigos, cada uma delas. E ambos os países são continentes, com uma variedade racial, com várias nações. E nem falo das Constituições anteriores à guerra, e muito menos das Constituições seculares. Estou falando apenas das Constituições atuais, do nosso tempo, posteriores à II Guerra. E, sem falar das mais novas, elas foram elaboradas entre as dores e as contorções da guerra, como a do Japão, a Alemanha — a Constituição de Bonn — e a da Itália. A Constituição francesa foi feita por uma comissão de cinco juristas e depois foi submetida a um referendo. O auge do programa do De Gaulle foi aprovar a Constituição francesa.

Está-se falando em marcha sobre Brasília, em grupos populares organizados para virem pressionar.

Isso significa só uma coisa: a descrença na chamada democracia representativa. Só isto. Ou se aceitam as regras da democracia representativa ou não se aceitam. Até porque marcha de mil pessoas, duas mil, cinco mil, dez mil? Qual a população do Brasil? Quantos votaram em 15 de novembro? Há um fato interessante, contudo. Há pessoas que não tiveram a coragem de ser candidatos, mas agora querem exercer pressão aqui. É muito interessante. Por que não foram candidatos? E se tivessem sido eleitos poderiam, afinal de contas, através da palavra, da ação, do



talento, da coragem, influir de alguma forma. Agora querem fazer uma democracia de galeria.

E o governo está preparado para isto do ponto de vista da segurança?

Isso é um problema, em primeiro lugar, da Mesa da Assembleia.

Certamente vai haver muito acampamento na praça dos Três Poderes.

Não é de hoje. Por que os Estados americanos — a começar pela união americana — têm suas capitais em cidadezinhas de terceira ordem? Certamente para sair disso. Até porque, no início da União, como o exercício continental não recebia o soldo, reunia-se nas vizinhanças do Congresso para insultar, para dizer algumas coisas das mães dos congressistas. Então, tomaram essa providência prática, empírica, saxônica, situando as capitais em cidades pequenas.

O problema inicial é da mesa da Assembleia. Porém, há um resíduo que é do governo federal, porque para chegarem à Assembleia...

Vamos colocar pela ordem.

Operação-limpeza prepara Congresso para instalação

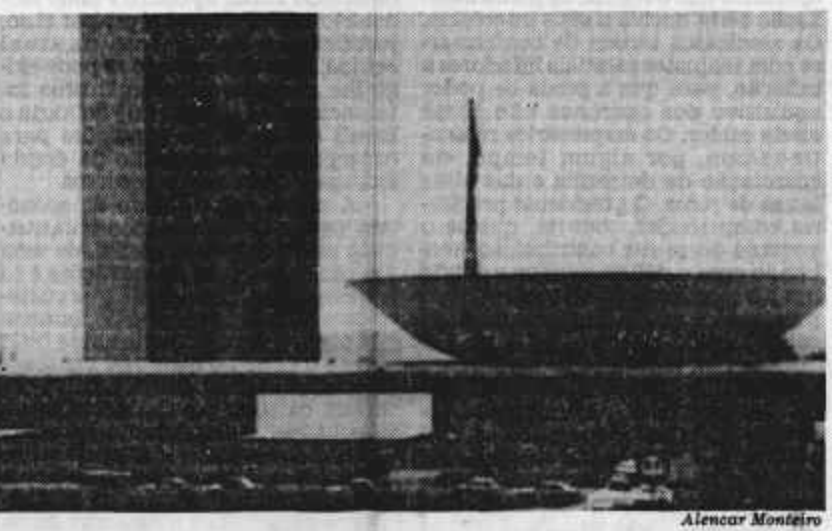
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma gigantesca operação limpeza envolvendo 320 trabalhadores, entre faxineiras, carpinteiros, pintores e eletricitistas, deixou o Congresso Nacional pronto ontem, para a instalação da Constituinte. A movimentação política diminuiu, havendo apenas reuniões das bancadas do PFL com a presença especial do deputado Ulysses Guimarães, do PDT e do PMDB de São Paulo.

Alguns deputados novos aproveitaram para conhecer melhor a Câmara, passeando pelos corredores, como Onofre Correia (PMDB-MA), que mostrava o plenário para os filhos e para a mãe, dizendo: "Preciso conhecer meu ambiente de trabalho". Já o deputado Ferez Na-

der (PDT-RJ) levou ao Congresso a mulher, irmãos, pai, sogro e amigos, "é melhor aproveitar agora que está calmo, porque na hora da Constituinte não vai dar para circular por aí", comentou.

No Congresso havia ontem mais jornalistas que constituintes, pois além dos 300 credenciados permanentes, mais 600 estarão na Câmara, vindos de todo Brasil e também do Exterior. Os repórteres antigos estranharam o verdadeiro cerco que está sendo feito ao plenário na parte interna, totalmente isolada com cordões verde-amarelos, coisa que nunca aconteceu. Enquanto isso, do lado de fora, todo acesso à rampa está impedido por cordões, que também isolam grande parte dos gramados, o que impedirá o povo de chegar a menos de 50 metros do Congresso.



O Congresso está sendo maquiado para receber constituintes

As faxineiras limpavam as paredes, ao mesmo tempo que os partidários da candidatura do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sujavam tudo de novo, colando cartazes de sua campanha para a 3ª secretaria da mesa da Câmara. A operação limpeza foi tão intensa, que até os quebra-molas de acesso ao Congresso foram pintados.

Os telões também estão montados, assim como um palanque e cadeiras, ao lado da rampa do Congresso, junto com potente aparelhagem de som, que ontem já recebia os primeiros testes. No final da rampa um longo tapete vermelho foi estendido para receber os constituintes, que depois andarão alguns passos pelo tapete verde da Câmara, até entrar no plenário.

O deputado João Cunha

(PMDB-SP) não gostou do isolamento com cordões do plenário e do próprio Congresso, "afinal esta é a Casa do povo", comentou, enquanto procurava junto com o deputado Roberto Cardoso Alves, o local da reunião da bancada do PMDB paulista. Eles acabaram no encontro do PDT, que se antecipou e se reuniu na Comissão de Constituição e Justiça, onde o PMDB também marcou o seu.

No interior do Congresso já começou um esquema rígido de segurança com os 260 agentes da Câmara e do Senado, enquanto do lado de fora, a "operação esperança" montada pela Secretaria de Segurança do Distrito Federal, inicia às seis horas de hoje, com a presença de 600 policiais militares.